



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Diário Económico, de Portugal**

Publicada em 23 de maio de 2007

Jornalista: A economia brasileira está a abrandar. O Plano de Aceleração do Crescimento vai ser suficiente para que o Brasil registre os mesmos níveis de crescimento de outras economias em desenvolvimento?

Presidente: Pelo contrário. A economia brasileira dá sinais claros de reaquecimento nos últimos anos, antes mesmo da implementação do nosso Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Tanto que o Fundo Monetário Internacional, uma instituição tradicionalmente conservadora, revisou para cima a previsão de crescimento do PIB brasileiro em 2007 para 4,4%. Vale lembrar que o crescimento médio de nossa economia na última década mal passou dos 2% anuais. No início do meu primeiro mandato, enfrentamos uma situação de inflação alta, vulnerabilidade externa e desequilíbrio das contas públicas, e levamos o Brasil a um novo patamar de estabilidade, retomada do crescimento e redução das desigualdades sociais. Simplesmente dobramos as exportações brasileiras, pagamos a dívida com o FMI e com o Clube de Paris, e implementamos um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa-Família. Resultado: em 4 anos, foram gerados 8 milhões de empregos formais e informais no Brasil, 4 milhões de brasileiros saíram da linha da miséria e outros 7 milhões migraram das classes D e E para a C. A pobreza, como um todo, diminuiu 19% em todo o País. Agora que a casa está arrumada, as condições estão dadas para um novo ciclo de crescimento econômico acelerado de longo prazo.

Jornalista: A aposta em infra-estrutura não é excessiva?



Presidente: De modo algum. A experiência em nossa primeira administração mostrou que o Brasil tem gargalos históricos em sua infra-estrutura, que precisam ser superados para destravar o País e acelerar seu crescimento econômico. O PAC vai injetar, ao todo, R\$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados direto na veia da nossa economia. O plano prevê, nos próximos quatro anos, a construção, duplicação e recuperação de 42 mil quilômetros de estradas, 2,5 mil quilômetros de ferrovias, além de obras de ampliação e melhoria em 20 aeroportos, 12 portos e 4 metrô de grandes capitais brasileiras. Também estão previstas a instalação de 4 novas unidades de refino ou petroquímicas, 46 usinas de produção de biodiesel e 77 de etanol, servidas por 4,5 mil quilômetros de novos gasodutos. O PAC ainda vai levar água e coleta de esgoto a 22,5 milhões de domicílios e proporcionar infraestrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas. Todas essas obras vão gerar milhares de empregos diretos e indiretos. Além disso, os investimentos necessários para elas vão aumentar a circulação de recursos na economia, dinamizando o comércio e os serviços. Vamos criar um grande círculo virtuoso no País.

Jornalista: O modelo de desenvolvimento econômico via parcerias público-privadas é uma tentativa de alargar a influência do Estado a novos setores de atividade?

Presidente: No mundo contemporâneo, o Estado, sozinho, não é capaz de garantir os investimentos necessários a um grande projeto de desenvolvimento. Por isso, a nossa intenção é estimular todos os setores do Brasil a participarem deste esforço pela aceleração do crescimento. Essa é uma tarefa não só do governo, mas de empresários, trabalhadores, de toda a sociedade brasileira. Para viabilizar o amplo conjunto de obras de infra-estrutura previstos no PAC,



anunciamos uma série de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado, nacional ou estrangeiro. São ações para estimular o crédito e o financiamento das obras, aperfeiçoar o marco regulatório nacional, dinamizar o ambiente de negócios no País e desonerar tributos de setores essenciais, como a construção civil e a aquisição de bens de capital para a indústria. Vamos despertar o “espírito animal” do empresariado brasileiro, para que ele se junte ao governo nesse esforço pela aceleração do crescimento. Com distribuição de renda, responsabilidade fiscal e respeito à democracia e ao meio ambiente.

Jornalista: Que importância dá aos investimentos portugueses no Brasil e o que espera das empresas portuguesas no âmbito do PAC?

Presidente: O PAC demanda uma composição entre investimento público e privado. As empresas portuguesas têm realizado importantes investimentos no Brasil, sobretudo a partir de 1998. Em 2005, elas investiram US\$ 8,3 bilhões em nosso País. Hoje, praticamente todos os grandes grupos econômicos públicos e privados de Portugal estão presentes no Brasil – num total de mais de 400 empresas de capital português. Desejamos expandir ainda mais essa parceria, especialmente no aperfeiçoamento de nossa infra-estrutura energética e de transportes. O PAC é a grande oportunidade de reverter a tendência de refluxo dos investimentos portugueses em nosso País, que ocorreu a partir de 2002. Ao apoiá-lo, Portugal estará contribuindo para a dinamização de nossa economia e apostando em sua própria posição como investidor e parceiro preferencial do Brasil.

Jornalista: Para quando está previsto o lançamento do programa federal de concessões rodoviárias?



Presidente: O Programa de Concessões Rodoviárias será retomado em 2007, com a realização do leilão da concessão de sete trechos rodoviários nas regiões Sudeste e Sul do País. A revisão final dos estudos técnicos, dos contratos e das regras do leilão está sendo elaborada pelo Ministério dos Transportes. Também está em fase final de revisão o projeto de concessão no programa de Parceria Público-Privada de um trecho rodoviário no estado da Bahia.

Jornalista: Qual o investimento previsto e qual vai ser o modelo de participação dos privados?

Presidente: O investimento será de R\$ 3,8 bilhões e o modelo de participação do setor privado está em fase final de ajuste.

Jornalista: Em que ponto está a reforma fiscal brasileira? Como vai convencer os Estados federais a abdicar de receita em prol de uma maior simplificação do sistema?

Presidente: A reforma tributária tem sido uma prioridade do nosso governo. Vale lembrar que, ainda em abril de 2003, no início de meu primeiro mandato, fui pessoalmente ao Congresso Nacional, ao lado de 27 governadores brasileiros, para encaminhar uma proposta. Toda parte federal da reforma já foi votada e a parte estadual está avançando. Entre os itens que nossos congressistas vão deliberar em breve está a redução do número de alíquotas do ICMS de 27 para 5 – uma importante medida de simplificação fiscal. Além disso, aprovamos a Lei de Falências e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que melhoraram tremendamente o ambiente de negócios no País, simplificando procedimentos de abertura e fechamento de empresas, ampliando o acesso ao crédito e estimulando o investimento privado e a



formalização do mercado de trabalho.

Jornalista: O acesso ao crédito para habitação é apontado como uma das principais necessidades do Brasil. Para quando uma taxa de juro abaixo dos 10%?

Presidente: Os juros estão caindo de maneira constante no Brasil desde setembro de 2005. Na última reunião da autoridade monetária, a taxa básica da economia ficou em 12,5%, o menor patamar da história, o que significa juros reais de 8,5% ao ano. Isso em um cenário de inflação decrescente, o que indica a possibilidade de cortes ainda maiores no futuro. Com relação, especificamente, ao crédito para a habitação, o País avançou muito. Para você ter uma idéia, em 2002, antes do nosso primeiro mandato, o total de recursos públicos federais e privados destinados por ano à habitação não passava de R\$ 7,02 bilhões. No ano passado, atingiu a cifra de R\$ 20,52 bi. Podemos e vamos fazer ainda mais.

Jornalista: O que teria o Brasil a ganhar com uma verdadeira integração com os restantes países da América do Sul?

Presidente: O Brasil só tem a ganhar com o aprofundamento do processo de integração na América do Sul, e esse tem sido um dos pontos centrais da política externa do meu governo. A integração favorece o diálogo político e a concertação de posições na região e no cenário internacional. Estimula o crescimento das trocas regionais – com a construção de uma infra-estrutura de estradas, pontes, gasodutos etc, potencializa a capacidade de desenvolvimento de nossos países, diminuindo a assimetria entre eles, e permite uma presença mais competitiva da nossa região no mundo. A América do Sul, como se sabe, é uma região que apresenta um enorme potencial. Reúne condições



econômicas e institucionais favoráveis para um longo período de expansão. Possui abundantes recursos energéticos renováveis e não-renováveis e apresenta hoje uma enorme vitalidade democrática. Guardadas as devidas diferenças, nosso modelo de integração é a União Européia. E Portugal conhece, melhor do que qualquer outro país, os benefícios da integração regional.

Jornalista: Quais as hipóteses de uma maior integração do Mercosul?

Presidente: Historicamente, os progressos que fizemos em matéria de integração são evidentes. Em 1990, às vésperas do Tratado de Assunção, o volume de comércio do que viria a ser o Mercosul somava 4 bilhões de dólares. Em 2006, chegou a mais de US\$ 30 bilhões. Estamos avançando no processo de consolidação de nossa união aduaneira e de nosso mercado comum, levando em consideração a necessidade de atender as especificidades de cada país-membro. Não reduzimos nosso grau de ambição. Pelo contrário. O Mercosul conta hoje com um Fundo de Convergência Estrutural, do qual o Brasil é o maior contribuinte. Estamos desenvolvendo com a Argentina um sistema de pagamento das transações comerciais em moedas locais. Com a entrada da Venezuela, e o interesse da Bolívia em tornar-se membro pleno, o bloco cresce em densidade econômica e em importância. Avançamos, também, em termos institucionais. Além da criação do Parlamento do Mercosul, que será implementado de forma progressiva, estamos dando ao bloco uma feição mais abrangente, fazendo-o o centro de coordenação de políticas não apenas no campo econômico, mas também no social, ambiental e cultural.

Jornalista: Na última década, o Brasil avançou sozinho no crescimento de um parque automóvel mais “verde”, movido a álcool. Hoje, o etanol é uma das alternativas reais à gasolina em termos globais. O aquecimento global acabou



por ser uma bênção para o etanol brasileiro?

Presidente: O aquecimento global não é uma benção para ninguém. É um perigo iminente, que devemos enfrentar com toda a seriedade, para o qual os biocombustíveis são parte da resposta. O empenho do meu governo no desenvolvimento dos biocombustíveis – do etanol e do biodiesel — decorre de preocupações que incluem as de natureza ambiental, mas que vão muito além. Os biocombustíveis representam uma revolução energética. Ao oferecerem uma alternativa de energia limpa, renovável e barata, contribuem para a criação de matrizes energéticas mais sustentáveis e menos nocivas ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, são uma oportunidade de emancipação econômica e tecnológica para países em desenvolvimento. Afinal, criam empregos no campo e assim reduzem as desigualdades. Ao mesmo tempo, criam novas vocações industriais, tendo em vista que grande parte da cadeia de produtos petroquímicos já é hoje substituível por derivados de biomassa. Portanto, seja no Brasil, seja em outros países do Sul, podem ter um impacto muito positivo nos fluxos comerciais. Irão diversificar as exportações de países que vendem uma única *commodity*, reduzir a dependência em relação aos combustíveis fósseis e reduzir fenômenos como o das migrações anárquicas, pois ajudam a fixar o homem no campo.

Jornalista: Quais as consequências práticas do acordo assinado agora com o presidente Bush para a produção de etanol?

Presidente: O acordo apresenta três objetivos centrais. De um lado, Brasil e EUA vão trabalhar juntos para ajudar países menos desenvolvidos a criar suas indústrias de etanol e assim livrarem-se da dependência do petróleo importado. Além dessa cooperação triangular, vamos criar um fundo para financiar e promover o intercâmbio tecnológico na área dos combustíveis renováveis,



ajudando a torná-los cada vez mais uma alternativa limpa e competitiva de energia. Por fim, vamos coordenar esforços de padronização técnica que ajudem a transformar o etanol em um produto energético que possa ser comercializado nos mercados internacionais.

Jornalista: Como vê a subida do preço do milho para a alimentação, provocado pela produção de etanol?

Presidente: Os biocombustíveis não constituem ameaça à produção de alimentos no mundo. Se há fome não é por falta de alimentos, mas sim por falta de renda dos mais pobres. Para aqueles que estão verdadeiramente preocupados com a alimentação dos mais pobres, eu chamaria a atenção para a necessidade de acabar com os subsídios agrícolas, que destroem, há várias décadas, a produção agrícola dos países menos desenvolvidos e que criam um ciclo de dependência em relação à doação de produtos subsidiados. A análise dos dados dos últimos 25 anos comprova que a expansão da cana-de-açúcar não comprometeu a produção de alimentos no Brasil. Ao contrário, o crescimento aconteceu com ganhos de produtividade. O contraste com a produção do etanol à base do milho não poderia ser maior: esse cereal é a base da alimentação humana e animal em muitos países, de forma que o desvio de sua produção para gerar combustível já vem afetando a oferta e os preços de derivados do milho. Portanto, o Brasil defende que a opção pelos biocombustíveis seja feita de modo criterioso e de acordo com a realidade de cada país, de modo a garantir um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental.

Jornalista: O que pensa sobre a nacionalização dos recursos energéticos – nomeadamente os petrolíferos – pelos governos vizinhos da Venezuela e Bolívia?



Presidente: A nacionalização é um direito soberano de cada país. Afinal, o Brasil, como a grande maioria dos países, determina que a riqueza do subsolo é um bem público. No entanto, nós preferimos que os processos de nacionalização sejam feitos de forma negociada. Foi isso que fizemos com a Bolívia e a Venezuela. A alternativa é uma quebra de contratos e de confiança que gera insegurança jurídica e, portanto, inviabiliza novos investimentos, tão necessários para gerar crescimento em nossos países. O Brasil continua a pautar sua atuação pelo desejo de contribuir para agregar valor aos recursos energéticos extraídos por empresas brasileiras em países vizinhos. Somente dessa forma essas riquezas naturais gerarão a renda e os empregos de que esses países tanto necessitam.

Jornalista: Que papel é reservado ao Brasil no contexto da América Latina? Pacificador? Mediador?

Presidente: O Brasil quer ser sócio e parceiro de seus vizinhos sul e latino-americanos na busca do desenvolvimento sustentável para todos. A nossa política é de cooperação e solidariedade, voltada para a integração regional e a garantia de que ela ocupe o lugar que lhe corresponde no mundo de hoje. O Brasil tem consciência de que, pelo seu tamanho relativo, cabem-lhe responsabilidades proporcionais tanto no campo político como econômico. Não temos pretensões de exercer liderança na região, mas estamos abertos a contribuir para a estabilidade regional sempre que solicitados.

Jornalista: A aproximação aos EUA poderá custar uma deterioração das relações com outros países da América Latina como a Bolívia ou a Venezuela, por exemplo?



Presidente: O Brasil tem relações tradicionais e excelentes com os EUA. A visita do presidente Bush ao Brasil e minha ida aos EUA reforçaram essa parceria. As excepcionais oportunidades de cooperação descortinadas na área energética são um exemplo de como nossa parceria pode e deve representar benefício não apenas para os dois países, mas também para as demais nações da região, ao contribuir para o desenvolvimento do mercado internacional para os biocombustíveis. Não vejo por que isso possa levar a uma deterioração das relações com outros países da América Latina, a maioria dos quais também tem importantes relações com os EUA. É sempre útil recordar que a Venezuela vende quantidades expressivas de petróleo para os EUA e que a Bolívia depende do mercado norte-americano para suas exportações de têxteis e de vestuário. Aliás, durante minha mais recente visita aos EUA, a pedido do presidente Morales, solicitei o empenho do presidente Bush para que fossem renovadas as vantagens tarifárias que permitem o ingresso em condições vantajosas de têxteis bolivianos no mercado norte-americano, das quais dependem milhares de empregos bolivianos.

Jornalista: Face ao crescente peso das economias emergentes na economia mundial – nomeadamente o G22 – o que pensa da atual representação e peso destes países nas estruturas internacionais? Nas Nações Unidas, por exemplo. Faz sentido que a China e a Índia, por exemplo, não tenham assento no Conselho de Segurança?

Presidente: A criação do G20, estimulada pelo Brasil, foi resultado de nossa defesa de processos negociadores mais democráticos e transparentes na OMC, que levem a resultados do interesse da maioria dos membros da organização. Graças a esse grupo, conseguimos evitar que a Rodada de Doha acabasse em mais um acerto agrícola negociado entre um punhado de países desenvolvidos e que, como na Rodada do Uruguai, não atendesse as nossas



reivindicações. Agora, o êxito das negociações depende de se chegar a um pacote mais equilibrado. Na ONU, igualmente, buscamos um Conselho de Segurança mais representativo e democrático, que reflita a nova realidade internacional e não uma cristalização do equilíbrio de poder do pós-Segunda Guerra Mundial. Creio que os países em desenvolvimento estão cada vez mais unidos e conscientes da necessidade de fazer valer seus direitos e de terem suas vozes ouvidas. A busca de maior democratização e representatividade nas estruturas internacionais exige esforços incessantes, em frentes múltiplas. Esses esforços são indispensáveis para que tenhamos instituições multilaterais mais fortes. Só assim vamos construir um mundo mais justo, pacífico e solidário.